

UMA CASA CHAMADA BORIS

Carlos H. Bertelli

chbx@terra.com.br

Todo colecionador de selos ou história postal do Império do Brasil, em algum momento se depara com os envelopes destinados a Casa Boris Frères.

Mas afinal quem foi esta Casa comercial que tanta correspondência mantinha?

É isso que agora vamos tentar responder.

No decorrer do século XIX, sobretudo de 1850 até o seu final, a França ocupou uma posição privilegiada nas relações comerciais externas brasileiras: o segundo país no movimento de importação e exportação de mercadorias no Brasil, logo em seguida à Inglaterra.

A origem dessa posição privilegiada encontra-se no crescimento econômico ocorrido naquele país no chamado Segundo Império, caracterizado especialmente por um impulso industrial que passou a exigir mercados cada vez mais amplos.

Nesse processo, as casas comerciais importadoras-exportadoras, pertencentes a “comissários em mercadorias” na França, atuando no ramo atacadista e apoiada numa estrutura que implicava na existência de uma matriz francesa e uma filial no Brasil, tiveram uma importância fundamental ao viabilizarem essa expansão, materializando-a.

Dentre essas casas. Estava a Boris-Frères. Sua origem remonta à cidade de Chambrey, na região da Alsácia-Lorena, onde a família Boris comercializava com cavalos, pelo menos desde a segunda metade do século XVIII.



Em 1865, um de seus membros, Alphonse Boris, viajou para a região nordeste do Brasil, dirigindo-se à província do Ceará, sendo seguido, dois anos depois, por seu irmão Théodore.

A primitiva casa comercial que então fundaram em Fortaleza, no ano de 1869, a Théodore Boris et Frères, desapareceu com o regresso deles ao país de origem, dois anos depois, mas não em definitivo: suas atividades no Brasil estavam, de fato, apenas começando.

Em Paris, cidade par a qual a família havia emigrado no contexto da Guerra Franco-Prussiana, eles fundaram, a 14 de fevereiro de 1872, a Boris Frères, sociedade entre irmãos. Essa objetivava explorar “um comércio de comissão exportação-importação”, com matriz na capital francesa e filial no Ceará, para onde eles retornaram, ainda no mesmo ano, e estabeleceram a filial.

A Província do Ceará experimentava, entre 1860 e 1870, uma expansão agro-exportadora, apoiada principalmente na produção algodoeira, que integrava o mercado cearense às correntes do comércio internacional. Tal expansão significava para os interesses comerciais franceses, representados pela Casa Boris, a possibilidade de atuarem não só no ramo da exportação de matérias-primas para a Europa, mas também no ramo de importação de produtos manufaturados.

A opção deles contrastava com a da grande maioria dos comerciantes franceses que, neste período, emigraram para o Brasil com o objetivo de aí estabelecer casas comerciais. A capital do Império e as cidades do Recife e Salvador foram aquelas para as quais eles se dirigiam preferencialmente, sobretudo a partir dos anos cinquenta.

A partir da instalação definitiva em 1872, foi-se engendrando uma hierarquia na cadeia de distribuição das mercadorias importadas, tendo, em uma de suas extremidades, a casa matriz de Paris, e na outra, o pequeno comerciante do interior da província.

A exportação de produtos locais para o mercado externo alicerçava-se nos mesmos agentes e hierarquia. As matérias-primas dirigidas ao comércio exportador chegavam à Casa Boris, em Fortaleza, através dos comerciantes com que negociavam na importação, oriundas de fornecedores interioranos.

Os tecidos vinham em primeiro lugar por ordem de importância. Eram constituídos tanto por aqueles de melhor qualidade, mais finos, como por aqueles mais baratos, destinados a um consumo mais popular. Estes últimos, que no Brasil foram de origem, sobretudo inglesa, predominaram nas vendas da Casa. Dessa forma, a Boris Frères soube esquivar-se de uns problemas enfrentados pelo comércio francês, especialmente no caso dos tecidos, ou seja, a dificuldade de consumo para artigos de luxo, que o caracterizavam. Logo após os tecidos, as demais mercadorias estrangeiras importadas e comercializadas foram peças de vestuário, perfumaria, objetos de decoração, vinhos, conservas, manteiga, drogas, artigos de armarinho e papelaria, cujas encomendas eram feitas à casa-matriz. Note-se, porém, que havia um produto bastante comercializado pela Casa Boris, cuja origem era norte-americana e constituía um dos principais itens das exportações dos Estados Unidos para o Brasil: a farinha de trigo, para confecção de pães e de bolachas.

A “flexibilidade” dos negócios da Casa, porém, é mais patente quando se observa que comercializou também com mercadorias de produção local, como velas de cera de carnaúba, charque ou ainda aguardente, que eram enviadas de uma área à outra dentro da própria Província.

Considerando-se a atividade exportadora da Casa Boris, em particular, consta-se que o algodão constituiu o principal gênero comercializado pela Casa. Ora, na medida em que os tecidos foram às mercadorias de maior peso nas importações, verifica-se que ocorria um intercâmbio comercial no qual se importavam manufaturas feitas com a matéria-prima que se exportava, Vários foram os comerciantes cearenses cuja relação com a Boris Frères esteve assentada, sobretudo, na venda do algodão e na sua contrapartida: a compra dos tecidos, fabricados com aquela matéria-prima.

Os couros estiveram em segundo lugar, em ordem de importância. Por um lado, esse artigo manteve-se, na segunda metade do século XIX, como um dos principais itens as pauta das exportações brasileiras para a França; pelo outro, os objetos trabalhados com essa matéria-prima constituíram uma das oito mais importantes mercadorias importadas daquele país pelo Brasil, no período.

Em terceiro lugar, vinham as penas de ema, utilizada na França, provavelmente, na indústria de decoração e vestuário.

A cera de carnaúba e a borracha também foram comercializadas, embora em bem menor grau do que os três artigos anteriormente citados. Afora esses produtos típicos do Ceará, alguns outros despertaram o interesse da casa Boris, este foi o caso do “jaborandi” e de “resinas”, empregados na fabricação de algumas drogas.

Dessa forma, a Boris Frères filial pôde estabelecer, nos anos de 1870, as bases seguras de sua presença comercial na Província. Suas lucrativas relações com o mercado cearense, que não foram abaladas pelos anos de seca, muito ao contrário, desdobra-se-iam, a partir dos anos oitenta, em novas atividades, colocando-a em posição cada vez mais importante no Ceará.

As atividades mencionadas caracterizavam-se, em primeiro lugar, pela sua manutenção como casa comercial, reforçada por novas “conquistas”, como a da estável posição de gentes consulares, que deteriam durante décadas, e de companhias de seguro de navegação; em segundo lugar, por um desdobramento em novas atividades no setor da agroindústria, que se traduziram em investimentos diretos na agricultura e no processo de beneficiamento, ao mesmo tempo em que constituiu uma expansão da atividade da Boris Frères, consolidou-a como casa comercial, pois objetivava, em última instância, um aprimoramento da atividade exportadora.

A primazia da exportação em seus negócios na província se consolidaria em 1910, quando a Casa deixou de realizar importações de mercadorias, num quadro marcado pela perda progressiva da posição da França no mercado internacional, após o final do século XIX. Quanto às exportações seriam interrompidas somente em 1930, como efeito da grande depressão de 1929, que atingiu o comércio exterior brasileiro. A partir de então as atividades da Boris Frères, no Ceará, restringir-se-iam, especialmente, ao ramo de navegação e seguros, no qual ainda hoje atua.

Bibliografia:

- 01.- Szmrecsányi, Tamás. & Lapa, José Roberto do Amaral. História Econômica da Independência e do Império. Edusp, São Paulo, 1993.
- 02.- Meyer, Peter. Catálogo Enciclopédico de Selos & História Postal do Brasil. RHM, São Paulo, 1999.